



Governo do Estado de Goiás
Secretaria da Economia do Estado de Goiás
Concurso Público para o Provimento de Cargo de
Auditor-Fiscal da Receita Estadual – Classe A, Padrão 1

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

CONHECIMENTOS BÁSICOS
(Prova Objetiva)

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A serenidade é apenas a casca da árvore da sabedoria, mas, não obstante, serve para esta perseverar.

- Verifique se este caderno contém 80 questões numeradas de 1 a 80. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, notas ou impressos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Durante o período de realização das provas, deverão permanecer no mínimo os 3 (três) últimos candidatos por sala.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto a seguir.

O devaneio é uma doença?

Cansada de sonhar de olhos abertos, uma leitora, Ana, quer saber mais sobre devaneios: "Por que acabo sempre fugindo para esse lugar fictício, onde tudo pode ser tão melhor ou pior, um mundo do que poderia ser, do que poderia ter sido, da pior hipótese fantástica, pretéritos imperfeitos, mais-que-perfeitos, futuros incertos – e quando vejo, perdi tanto tempo com isso?"

Tenho carinho pelos sonhos de olhos abertos. Até o começo da adolescência, o devaneio era meu aliado contra o que me parecia ser a mediocridade do mundo. Para mim, como para Ana, o devaneio era o país de onde eu vinha (minha origem escondida) ou minha pátria futura; de um jeito ou de outro, era meu passaporte para um outro mundo, que me salvaria de meu lugar e de meu presente.

Graças ao devaneio, assisti a centenas de aulas chatérrimas, aparentando minha absoluta atenção (embora de olhos um tanto vidrados). Quando atravessei a dolorosa época em que os adolescentes menosprezam os pais, o devaneio me consolou, alimentando a certeza de que eu, de fato, pertencia a outra família.

Enfim, à força de contar histórias para mim mesmo, aprendi a contá-las para os outros. O que fez com que aos poucos meu devaneio se acalmasse – por sorte, sem se exaurir. Será que eu amadureci? Ou será que as aulas, o trabalho e os amores se tornaram interessantes, e a necessidade de sonhar diminuiu? Na hora de explicar o excesso de devaneio, o adolescente tende a acusar a realidade na qual vive, a qual mereceria o enfado que ela lhe inspira. Mas, em geral, não há realidade enfadonha, apenas indivíduos enfadados, que, por alguma razão, não enxergam o encanto possível do dia a dia.

Ao devanear, eu me afasto da realidade. Por outro lado, sem devanear mal consigo inventar e desejar realidades diferentes. O que é pior? Entre renunciar a devanear e sucumbir ao devaneio, talvez seja pior renunciar a devanear. Infelizmente, enquanto a gente sonha sossegado, alguns se esforçam para transformar o devaneio num transtorno, senão numa doença. No fundo, nada disso me estranha. Desde o século 19 as regras para uma vida saudável (física e psíquica) são nossa nova moral. E esse ataque contra o devaneio era previsível: qualquer forma de poder prefere limitar os sonhos de seus sujeitos.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Aproveite a vida e suas dores**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025, p. 147-150, *passim*)

1. Ao atentar para a estruturação do texto, observa-se que no
 - (A) 1º parágrafo a leitora Ana manifesta seu repúdio aos devaneios por conta da ilusão de felicidade e do prazer gratuito desses sonhos profundos.
 - (B) 2º parágrafo o autor caracteriza o devaneio como um sonho dentro da vigília, que em sua adolescência lhe parecia bem diverso de como Ana o vê.
 - (C) 3º parágrafo afirma-se que na adolescência, tal como ocorreu com a do autor, pode-se valer do devaneio para fugir dos limites de situações impostas.
 - (D) 4º parágrafo fala alto a experiência de um escritor que aproveitou seus devaneios para intensificar a atmosfera fantasiosa de suas narrativas.
 - (E) 5º parágrafo o autor se propõe a demonstrar que não há a possibilidade objetiva de se distinguir as operações de um devaneio das experiências reais.

2. No último parágrafo, o autor admite que
 - (A) a possibilidade de devanear, vista por alguns como um transtorno mental, é preferível à renúncia de inventarmos nossos sonhos.
 - (B) o século XIX alimentou a crença de que os devaneios não poderiam ser vistos como limitações da nossa subjetividade.
 - (C) é o afastamento mesmo da realidade que leva um sonhador a negar-se a si mesmo como um sujeito autêntico.
 - (D) a condenação social do devaneio é, infelizmente, a única alternativa para evitar as ilusórias vantagens da imaginação.
 - (E) é estranho haver quem considere a realidade um transtorno do qual só se pode escapar por meio dos devaneios.

3. A interrogação "*Será que eu amadureci?*", no contexto do 4º parágrafo, deriva da seguinte percepção que o autor passou a ter:
 - (A) contar histórias evita que se forjem devaneios sem sentido.
 - (B) narrar algo de modo criativo relativiza a pressão do devaneio.
 - (C) a maturidade de um escritor abole a necessidade de sonhar.
 - (D) há um amadurecimento em quem incorpora o excesso dos devaneios.
 - (E) um traço previsível da maturidade é o afastar-se do mundo enfadonho.



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *fugindo para esse lugar fictício* (1º parágrafo) = subtraindo-me o espaço ficcional.
 - (B) *o devaneio era meu aliado* (2º parágrafo) = alienava-me no meu devanear.
 - (C) *aos poucos meu devaneio se acalmasse* (4º parágrafo) = minimamente contornasse o meu sonho.
 - (D) *mereceria o enfado que ela lhe inspira* (4º parágrafo) = faria jus ao tédio que ela lhe incute.
 - (E) *sem devanear mal consigo inventar* (5º parágrafo) = nem a fuga do sonho me leva a criar.
-
5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) São nos nossos devaneios que projetamos as realidades que mais nos convém.
 - (B) Despreendem-se dos sonhos, quando marcantes, o que gostaríamos que permanecessem.
 - (C) Não falta à curiosidade da leitora Ana respostas que também busca o autor do texto.
 - (D) É possível que o interesse pelo trabalho ou pelo amor venham a suprir os devaneios.
 - (E) Sempre haverá os que querem que o sujeito dos sonhos se submeta a limitações.
-
6. *Infelizmente, enquanto a gente sonha sossegado, alguns se esforçam para transformar o devaneio num transtorno.*
Numa nova redação, na qual se mantenham a correção e o sentido básico da frase acima, o elemento sublinhado pode ser adequadamente substituído por:
- (A) há os que não titubeiam para se transtornar um devaneio.
 - (B) tem gente que não mede estratégias para que um devaneio se transtorne.
 - (C) não faltam os que se aplicam em fazer do devaneio uma perturbação.
 - (D) muitos hão de implementar no devaneio uma transformação transtornada.
 - (E) várias pessoas laboram em constituir no devaneio como uma alucinação.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, baseie-se no texto a seguir.

Humanos e máquinas

Humanos e máquinas poderão se fundir tão completamente que os humanos não serão capazes de sobreviver se estiverem desconectados da rede. Estarão conectados desde o útero, e, se em algum momento da vida você optar por se desconectar, as companhias de seguro talvez se recusem a lhe fazer um seguro de vida, empregadores talvez se recusem a empregá-lo, e serviços de saúde talvez se recusem a cuidar de você. Na grande batalha entre saúde e privacidade, a saúde provavelmente vencerá sem muito esforço.

À medida que, através de sensores biométricos, cada vez mais dados fluírem de seu corpo e de seu cérebro para máquinas inteligentes, será fácil para corporações e agências do governo conhecer você, manipular você e tomar decisões por você. Mais importante ainda, eles serão capazes de decifrar os mecanismos profundos de todos os corpos e cérebros, e com isso adquirir o poder de fazer a engenharia da vida. Se quisermos evitar que uma pequena elite monopolize esses poderes, que parecem divinos, e se quisermos impedir que a humanidade se fragmente em castas biológicas, a questão-chave é: quem é dono dos dados? Os dados do meu DNA, meu cérebro e minha vida pertencem a mim, ao governo, a uma corporação ou ao coletivo humano?

Melhor será invocar juristas, políticos, filósofos e artistas para que voltem sua atenção para esta charada: como regular a propriedade de dados? Essa talvez seja a questão política mais importante de nossa era.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **21 questões para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 109-110)

7. Ao longo do texto, o autor trabalha com a hipótese de que o ser humano,
- (A) caso admita vir a estar conectado com a rede, usufruirá dos novos benefícios que ela lhe reserva.
 - (B) tentado que está a se integrar ao sistema digital, deve buscar uma forma de fugir da tirania da eletrônica.
 - (C) voltado ao convívio com as máquinas, deve tentar aperfeiçoá-las tecnicamente para auferir vantagens socioeconômicas.
 - (D) em vista de uma forçosa conexão sua com a rede, precisará estar na regência dos poderes dessa conexão.
 - (E) compulsoriamente conectado com a rede, buscará constituir uma elite para poder competir com a mídia.
-
8. Entre os efeitos que advirão de uma completa fusão do homem com as máquinas, o mais grave deles, sendo estrutural, representa-se nesta expressão do texto:
- (A) *serviços de saúde talvez se recusem a cuidar de você* (1º parágrafo)
 - (B) *empregadores talvez se recusem a empregá-lo* (1º parágrafo)
 - (C) *adquirir o poder de fazer a engenharia da vida* (2º parágrafo)
 - (D) *meu cérebro e minha vida pertencem a mim* (2º parágrafo)
 - (E) *impedir que a humanidade se fragmente em castas biológicas* (2º parágrafo)



9. Melhor será invocar juristas, políticos, filósofos e artistas para que voltem sua atenção para esta charada.

O sentido e a correção da frase acima estarão preservados caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) requerer os préstimos de – se apliquem na questão desta
- (B) valer-se com esses – se detenham ao sentido desta
- (C) recorrer de tais – proponham-se a elucidar nesta
- (D) ir onde se encontrem – dediquem-se com a razão desta
- (E) apelar a ação de – instaurem o significado desta

10. Na reconstrução de uma frase do texto, há adequada correlação entre os tempos e modos verbais em:

- (A) Homens e máquinas poderiam se fundir tão completamente que os homens não terão sido capazes de sobreviver.
- (B) Se tivéssemos querido evitar que uma pequena elite mobilizasse esses poderes, a questão-chave teria sido desafiadora.
- (C) Melhor teria sido invocarmos filósofos, políticos e artistas para que nos venham a ajudar naquela charada.
- (D) A solução política mais factível haveria de ser esta, desde que a tenhamos considerado em sua gravidade.
- (E) À medida que os dados fluírem das máquinas para o nosso corpo, terá sido fácil para as empresas controlar-nos a todos.

Raciocínio Lógico, Matemática Financeira e Estatística

11. Um fabricante de computadores descobre que 10% de seus *chips* falham no teste de controle de qualidade. A probabilidade de que pelo menos um dos primeiros três *chips* que saem da linha de produção seja defeituoso é

- (A) 0,999
- (B) 0,271
- (C) 0,001
- (D) 0,729
- (E) 0,199

12. Considere que o tempo de vida de um componente eletrônico segue uma distribuição exponencial. Se esse componente já está funcionando há 500 horas, a probabilidade desse componente funcionar por mais 100 horas, em comparação a um componente novo funcionar pelas mesmas 100 horas a probabilidade

- (A) é significativamente menor, pois o componente já sofreu desgaste físico durante as 500 horas iniciais.
- (B) é maior, pois o fato de ter durado 500 horas prova que o componente é de alta qualidade.
- (C) é exatamente a mesma, pois a distribuição assume que a chance de falha futura não depende do tempo que já passou.
- (D) é nula, pois a distribuição exponencial define um tempo de vida máximo fixo que é atingido logo após as 500 horas.
- (E) depende do parâmetro da densidade, sendo impossível fazer afirmações sobre seu tempo de vida sem realizar o cálculo da integral da função densidade.

13. Deseja-se estimar a proporção de empresas que não estão com os impostos pagos. Para tanto foram feitas várias visitas a empresas. Supondo que todas as hipóteses estejam satisfeitas, o menor tamanho do grupo a ser investigado para garantir que a proporção de inadimplentes na amostra difira por menos de 2% da verdadeira proporção de inadimplentes na população com probabilidade superior a 90% é

- (A) 1381
- (B) 1681
- (C) 2011
- (D) 1081
- (E) 2381

Dado:

Utilize $Z_{0,90} = 1,64$



14. Se, ao lançarmos uma moeda 3 vezes, aparecerem 3 caras ou 3 coroas, decidimos rejeitar $H_0: p = \frac{1}{2}$ contra $H_1: p \neq \frac{1}{2}$.

A probabilidade do erro tipo II se $p = \frac{2}{3}$ é

- (A) $\frac{2}{3}$
 (B) $\frac{5}{6}$
 (C) $\frac{2}{5}$
 (D) $\frac{1}{6}$
 (E) $\frac{1}{3}$

15. Considere os eventos A, B e C. Sabe-se que

- A e B são disjuntos,
- $P(A \cup C) = \frac{2}{3}, P(B \cup C) = \frac{3}{4}, P(A \cup B \cup C) = \frac{11}{12}$

Então o valor de $P(C)$ é

- (A) $1/2$
 (B) $1/4$
 (C) $1/3$
 (D) $2/3$
 (E) $3/4$

16. Em uma cidade, chove em um terço dos dias. Dado que está chovendo, haverá trânsito pesado com probabilidade $\frac{1}{2}$, e dado que não está chovendo, haverá trânsito pesado com probabilidade $\frac{1}{4}$. Se estiver chovendo e houver trânsito pesado, eu chego atrasado ao trabalho com probabilidade $\frac{1}{2}$. Por outro lado, a probabilidade de me atrasar é reduzida para $\frac{1}{8}$ se não estiver chovendo e não houver trânsito pesado. Nas outras situações, isto é, dado que está chuvoso e sem trânsito ou dado que não está chuvoso, mas com trânsito, a probabilidade de atraso é $\frac{1}{4}$. Em um dia qualquer, a probabilidade de eu chegar atrasado é

- (A) $19/48$
 (B) $17/48$
 (C) $13/48$
 (D) $11/48$
 (E) $7/48$

Atenção: O texto a seguir refere-se às questões de números 17 e 18 sobre Teste Qui-Quadrado.

Com o objetivo de identificar se há independência entre o tipo de indústria e o pagamento tempestivo ou não dos impostos, um auditor fiscal coletou os seguintes dados.

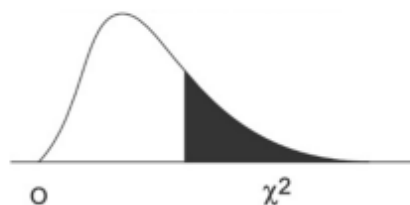
	Tipo de Indústria			Total
	Farmacêutica	Metalúrgica	Têxtil	
Tempestivo	60	25	15	100
Intempestivo	20	50	30	100
Total	80	75	45	200

17. Supondo que a hipótese de independência seja verdadeira, o número esperado de metalúrgicas que não pagam seus impostos em dia é
- (A) 37,5
 (B) 40,0
 (C) 37,0
 (D) 45,0
 (E) 15,0



18. Supondo que todas as hipóteses estão satisfeitas, o teste qui-quadrado para a hipótese nula de independência entre as variáveis foi realizado e obteve-se $\chi^2 = 33,33$. A seguir temos parte de uma tabela da densidade qui-quadrado.

Distribuição Qui-Quadrado



gl	0,995	0,990	0,975	0,950	0,900	0,500	0,100	0,050	0,025	0,010	0,005
1	0,000	0,000	0,001	0,004	0,016	0,455	2,706	3,841	5,024	6,635	7,879
2	0,010	0,020	0,051	0,103	0,211	1,386	4,605	5,991	7,378	9,210	10,597
3	0,072	0,115	0,216	0,352	0,584	2,366	6,251	7,815	9,348	11,345	12,838
4	0,207	0,297	0,484	0,711	1,064	3,357	7,779	9,488	11,143	13,277	14,860
5	0,412	0,554	0,831	1,145	1,610	4,351	9,236	11,070	12,833	15,086	16,750
6	0,676	0,872	1,237	1,635	2,204	5,348	10,645	12,592	14,449	16,812	18,548

Com base nas informações da tabela, a conclusão do teste é:

- (A) Rejeita-se a hipótese, pois x^2_{obs} é maior do que 16,750.
(B) Não se rejeita a hipótese nula, pois x^2_{obs} é menor do que duas vezes 18,548.
(C) Rejeita-se a hipótese nula, pois x^2_{obs} é maior do que 10,597.
(D) Rejeita-se a hipótese nula, pois x^2_{obs} é maior do que duas vezes 7,879.
(E) Rejeita-se a hipótese nula, pois x^2_{obs} é maior do que 7,879.
19. Em uma aplicação financeira A, com juros mensais simples de 2% ao mês, foi aplicado o valor de R\$ 10.000,00. Em outra aplicação financeira B, com juros compostos de 1% ao mês, foi aplicado também o valor de R\$ 10.000,00. Após dois meses, sem qualquer retirada das duas aplicações, a diferença entre os dois montantes é
- (A) R\$ 100,00
(B) R\$ 119,00
(C) R\$ 219,00
(D) R\$ 299,00
(E) R\$ 199,00
20. Em uma loja, um celular pode ser comprado à vista com desconto de 5% no valor anunciado ou a prazo em duas parcelas fixas, sem acréscimo, sendo a 1ª parcela na entrada e a 2ª parcela depois de 30 dias. O valor aproximado da taxa mensal de juros praticada nessa loja é
- (A) 10%
(B) 9%
(C) 11%
(D) 12%
(E) 8%

Direito Constitucional

21. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), lei estadual que estabeleça a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo, no âmbito do processo administrativo estadual, será inconstitucional
- (A) formalmente, por ofensa a competência legislativa privativa da União, cabendo ser objeto de reclamação, perante o STF, por ofensa a súmula vinculante.
(B) formalmente, por ofensa a competência legislativa privativa da União, cabendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, perante o STF, mas não perante o Tribunal de Justiça do Estado respectivo.
(C) materialmente, por ofensa a normas definidoras de direitos e garantias fundamentais, cabendo ser objeto de reclamação, perante o STF, por ofensa a súmula vinculante.
(D) materialmente, por ofensa a normas definidoras de direitos e garantias fundamentais, cabendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, seja perante o STF ou perante o Tribunal de Justiça do Estado respectivo.
(E) material e formalmente, cabendo ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental, perante o STF.



22. Considera-se mecanismo de controle político de constitucionalidade, previsto na Constituição do Estado de Goiás, a
- (A) apreciação, pelo Tribunal de Contas do Estado, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
 - (B) oposição de veto, pelo Governador do Estado, a projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa, no prazo de quinze dias úteis contados do recebimento, por considerá-lo no todo ou em parte inconstitucional.
 - (C) sustação, pela Assembleia Legislativa, do andamento de ação penal instaurada pelo Tribunal de Justiça contra Deputado Estadual, por crime ocorrido após a diplomação.
 - (D) sustação, pela Assembleia Legislativa, dos atos normativos do Poder Executivo em desacordo com a lei ou que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
 - (E) emissão de parecer, por Comissão especial da Assembleia Legislativa, sobre a admissibilidade de medidas provisórias editadas pelo Governador do Estado, previamente à deliberação legislativa.

23. Considere os seguintes trechos de voto proferido pelo Relator, em sede de ações de competência de Tribunal superior, conhecidas e julgadas improcedentes, conjuntamente, nos termos por ele propostos:

Trata-se de arguições de descumprimento de preceito fundamental propostas contra a Lei nº [...] /2022, do [...] de São Paulo, que estabelece diretrizes gerais para a prorrogação e relicitação dos contratos de parceria entre o [...] de São Paulo e a iniciativa privada.

[...]

A Lei [...] ao estabelecê-las cuidou de regular os serviços públicos de competência apenas do [...], regulamentando um interesse local, não invadindo, assim, a competência [...] de legislar sobre normas gerais de licitação e contratos prevista no art. [...] do texto constitucional.

[...]

Diante disso, entendo que a legislação [...] age dentro de seu campo de discricionariedade, não adentrando em temas de caráter geral relacionados à licitação e à contratação, disciplinando apenas sobre aspectos da gestão administrativa dos contratos de parceria [...].

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as referidas ações foram propostas contra lei considerada

- (A) inconstitucional, por se tratar de exercício irregular de competência suplementar de ente subnacional, em matéria de competência legislativa concorrente, em relação à qual cabe à União editar normas gerais.
 - (B) constitucional, por se tratar de exercício regular de competência suplementar do Estado para legislar com vistas a atender a suas peculiaridades, de modo compatível com as normas gerais editadas pela União.
 - (C) constitucional, por se tratar de exercício regular de competência própria do Município para editar normas gerais, que atendam ao interesse local, ainda que inexistentes normas federais ou estaduais sobre a matéria.
 - (D) constitucional, por se tratar de exercício regular de competência própria do Estado, em matéria de competência legislativa concorrente, em relação à qual cabe à União editar normas gerais.
 - (E) constitucional, por se tratar de exercício regular de competência suplementar do Município para legislar com vistas a atender ao interesse local, de modo compatível com as normas gerais editadas pela União.
24. Ao dispor sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Estado de Goiás, a Constituição estadual estabelece que
- (A) a Comissão parlamentar permanente encarregada do acompanhamento e fiscalização orçamentária, diante de indícios de despesas não autorizadas, poderá solicitar esclarecimentos à autoridade responsável e, caso haja risco de grave lesão à economia pública, determinar a sustação da despesa.
 - (B) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, nos mesmos moldes estabelecidos pela Constituição Federal no âmbito federal.
 - (C) os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário manterão, de forma integrada, um sistema permanente de monitoramento e avaliação de políticas públicas, cujo órgão central é o Tribunal de Contas do Estado.
 - (D) compete ao Tribunal de Contas do Estado julgar as contas anuais prestadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios, pelo Governador do Estado e as dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos na administração estadual.
 - (E) cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador, autorizar o Estado a contrair empréstimos internos e externos, bem como conceder garantias do Tesouro Estadual em operações de crédito.



25. Dois irmãos gêmeos, com 29 anos de idade, sendo um membro do Ministério Público Federal e solteiro e a outra, servidora pública ocupante de cargo efetivo em certa administração estadual e casada com um Prefeito no exercício de seu segundo mandato, foram convidados a se filiarem a partido político e a concorrerem a vagas na Assembleia Legislativa do Estado em que residem. Considerando que ambos pretendem manter os cargos atuais, nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,
- (A) apenas ela poderá se filiar e se candidatar ao mandato pretendido; se eleita, ficará afastada do cargo efetivo e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
 - (B) apenas ela poderá se filiar e se candidatar ao mandato pretendido; se eleita, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastada do cargo efetivo.
 - (C) ambos poderão se filiar, mas apenas ela poderá se candidatar ao mandato pretendido; se eleita, ficará afastada do cargo efetivo e, se for segurada de regime próprio de previdência social, permanecerá filiada a esse regime, no ente federativo de origem.
 - (D) ambos poderão se filiar e se candidatar ao mandato pretendido, embora, para tanto, ele precise se licenciar do exercício do cargo que ocupa até seis meses antes do pleito; se eleito, ficará afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - (E) ambos poderão se filiar, mas nenhum poderá se candidatar ao mandato pretendido, pois, embora tenham o domicílio e a idade mínima exigida para tanto, são inelegíveis, como cônjuge e parente por afinidade de segundo grau de chefe de Poder Executivo.
-
26. Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tanto o cidadão está legitimado para ajuizar ação popular, quanto o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública, quando visarem a
- (A) executar decisões de condenação patrimonial proferidas pelos Tribunais de Contas.
 - (B) deduzir pretensão relativa à matéria tributária.
 - (C) anular atos administrativos de aposentadoria de servidores públicos que importem lesão ao patrimônio público.
 - (D) discutir o domínio de bem expropriado, desde que não tenha ocorrido ainda o trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória.
 - (E) declarar a nulidade de ato lesivo à moralidade administrativa, sob o fundamento de inconstitucionalidade, desde que haja comprovação de prejuízo ao erário público.
-
27. Considere o seguinte trecho de ementa de acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal:
- "1. O exercício da liberdade de [...] é essencial para a criação de um ambiente democrático real que oportunize ao cidadão desempenhar adequadamente o seu papel de cointérprete da Constituição, propiciando a criação de agendas sociais que poderiam passar ao largo dos interesses político-partidários hegemônicos. 2. A liberdade de [...] alcança o nível de visibilidade desejado e comunica a sua mensagem quando da realização de atos eventualmente inconvenientes para os não-participantes do protesto, os quais, se razoáveis e não-violentos, devem ser tolerados pelo Estado e pela sociedade."*
- À luz da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, o acórdão refere-se à liberdade de
- (A) associação.
 - (B) locomoção.
 - (C) expressão do pensamento.
 - (D) opinião.
 - (E) reunião.
-
28. Certo partido político pretende ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado, em face de lei de determinado Município goiano, que dispõe sobre a proibição de corte no fornecimento de energia elétrica e água com menos de 60 dias de atraso do pagamento no âmbito municipal. O partido, que possui representação na Câmara Municipal respectiva, entende que a norma seria inconstitucional, por violar competências da União para as matérias.
- Nessa hipótese, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Goiás e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a ação direta seria, em tese,
- (A) cabível, embora, no mérito, a inconstitucionalidade da lei municipal seja parcial, apenas por violação às competências administrativa e legislativa da União em matéria de energia elétrica.
 - (B) cabível, embora, no mérito, a inconstitucionalidade da lei municipal seja parcial, apenas por violação às competências administrativa e legislativa da União em matéria de águas.
 - (C) cabível, ademais de, no mérito, a lei municipal ser integralmente inconstitucional, por violação às competências administrativas e legislativas da União em matéria de energia elétrica e águas.
 - (D) incabível, caso o partido político não possua representação no Congresso Nacional, pois não estará legitimado para a propositura da ação.
 - (E) incabível, uma vez que o Tribunal de Justiça não possui competência para o julgamento da matéria, que envolve violação à Constituição Federal, e não à Constituição estadual.



29. Considere as seguintes situações envolvendo proposições legislativas hipotéticas:
- I. Projeto de lei ordinária, de matéria sujeita à iniciativa privativa do Governador do Estado e para a qual não se exige lei complementar, é transformado em projeto de lei complementar, por meio de emenda parlamentar, mantendo-se no mérito, contudo, o teor do projeto inicial.
 - II. Projeto de lei, de iniciativa parlamentar, determina que sejam transmitidas ao vivo, pela internet, as licitações realizadas pelo Poder Executivo estadual.

Diante da disciplina constitucional do processo legislativo e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

- (A) apenas a situação II é incompatível com a Constituição Federal, por usurpar iniciativa privativa do chefe do Executivo.
 - (B) ambas as situações serão compatíveis com a Constituição Federal, desde que, se aprovados, os projetos sejam expressamente sancionados pelo Governador do Estado, sanando eventuais vícios de iniciativa ou de extrapolação do poder de emenda parlamentar.
 - (C) ambas as situações são incompatíveis com a Constituição Federal.
 - (D) apenas a situação I é incompatível com a Constituição Federal, por extrapolação do poder de emenda parlamentar em matéria de iniciativa privativa do chefe do Executivo.
 - (E) ambas as situações são compatíveis com a Constituição Federal.
30. Ao dispor sobre o Fundo de Estabilização Econômica do Estado de Goiás (FEG), a Constituição estadual estabelece que:
- I. O FEG é um fundo especial de natureza financeira e contábil que poderá ser utilizado como reserva estratégica para estabilização fiscal, poupança intergeracional e mitigação de riscos fiscais.
 - II. A administração do FEG, vinculado à Secretaria de Estado da Economia, se dará por meio de unidade orçamentária específica e deverá observar as melhores práticas internacionais, inclusive os Princípios de Santiago.
 - III. A reserva mínima do FEG equivalerá a percentual do valor do Produto Interno Bruto do Estado a ser especificado em lei complementar, a qual regulamentará, ainda, a origem dos recursos do FEG e suas regras de aplicação.
 - IV. O resgate de recursos pelo Governo estadual dependerá de o valor do FEG estar acima do limite inferior estabelecido em lei, exceto quando estiver sujeito a parâmetros estimados no Resultado Fiscal Estrutural (RFE).

Está correto o que se afirma APENAS em

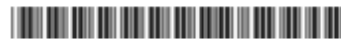
- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III e IV.

Direito Administrativo

31. Uma fundação pública que atua no setor cultural, fomentando projetos por meio de apoio técnico e gerindo unidades museológicas, precisa adquirir materiais recorrentemente utilizados nos serviços de conservação e restauro de obras de arte, que fazem parte das atividades institucionais da entidade. Diante desse contexto fático, a fundação
- (A) deve realizar pregão, já que os materiais necessários têm natureza comum, ainda que os serviços desenvolvidos sejam considerados especializados e apresentem singularidade.
 - (B) pode realizar contratação direta para aquisição dos materiais, já que o restauro de obras de arte é classificado como serviço técnico especializado.
 - (C) deve realizar pregão, para constituição de ata de registro de preços, considerando que obras de arte são consideradas bens de luxo, de modo que os materiais necessários para prestação de serviços relacionados a esses itens devem ser adquiridos de maneira episódica e excepcional.
 - (D) pode realizar credenciamento, para seleção dos itens necessários, estes que, pela especialização, estão disponíveis apenas em estabelecimentos específicos, devidamente cadastrados para exploração de tal atividade.
 - (E) deve promover contratação direta, com disputa, para garantir a origem dos materiais especializados, sem deixar de propiciar adequada competição entre os interessados.
32. A concessão de remuneração atrelada a atribuições de chefia para um servidor público
- (A) depende de nomeação para o cargo em comissão a que se referem tais atribuições, independentemente de qualquer vínculo funcional precedente com a Administração Pública.
 - (B) exige a realização de concurso público, tendo em vista que a medida significa, necessariamente, a nomeação para cargo efetivo ou emprego público permanente.
 - (C) depende de precedente vínculo funcional de caráter efetivo, tendo em vista que o exercício de atribuições de chefia é privativo de titular de cargo ou emprego público.
 - (D) pode se dar por meio de atribuição, a servidor público ocupante de cargo efetivo, de cargo de chefia remunerada por gratificação, admitida a acumulação de vínculos e o cômputo distinto dos limites de remuneração.
 - (E) pode se dar por meio de nomeação para cargo em comissão que contemple a atribuição de chefia dentre aquelas arroladas na legislação para aquele cargo.



33. No curso de uma modelagem do edital e contrato de uma parceria público-privada para implantação e exploração de serviços ferroviários, identificou-se que um trecho desse modal será implantado em região densamente habitada, primordialmente, por núcleos habitacionais irregulares. Como forma de impedir ocupação desordenada dos terrenos que confrontarão com a faixa de domínio, a Administração idealizou a implantação de um parque urbano linear, cuja gestão e conservação ficaria a cargo da concessionária. Considerado que o custo para implantação desse equipamento mostrou-se significativo, a Administração Pública cogita arcar com essa responsabilidade financeira. A pretensão da Administração Pública
- (A) é inviável, eis que não pode incluir essa despesa em seu rol de obrigações, considerando que não se tratará de equipamento destinado para a prestação de serviços públicos.
 - (B) é inviável, pois o regime jurídico do contrato que será celebrado impõe a responsabilidade material e financeira pelos investimentos para a concessionária.
 - (C) pode ser viável, considerando que se trate de investimento em obras destinadas a viabilizar, financeira e operacionalmente, a parceria público-privada, além de ser possível sua inclusão no rol de passíveis de ser explorados pela concessionária.
 - (D) dependeria de concordância da concessionária dos serviços públicos e de expressa alocação da despesa, na matriz de riscos do contrato, para o poder concedente, para fins de ser viável o abatimento, das contraprestações mensais, do custo da obra.
 - (E) é viável, considerando que se trate de medida de compensação ambiental e, como tal, constitui investimento que incumbe ao poder concedente, para o qual reverterá ao término do contrato.
-
34. Um Delegado de Polícia afastado para o exercício de mandato de prefeito está sendo processado por improbidade administrativa, por, supostamente, ter autorizado a celebração de termos de fomento com determinada organização da sociedade civil, sem a prévia realização de chamamento público. Segundo narrado na ação judicial, não teria havido a demonstração da materialização da hipótese de inexigibilidade de chamamento público, além de as parcerias terem sido formalizadas por valores significativamente superiores ao praticado no mercado. Considerando o disposto na Lei de Improbidade, o agente público
- (A) poderá ser condenado por ato de improbidade caso reste demonstrado também ter havido, por parte do agente público, enriquecimento ilícito, o que configurará dolo específico, elemento subjetivo imprescindível para tipificação da infração.
 - (B) condenado terá a obrigação de ressarcimento, aos cofres públicos, de valor equivalente à remuneração total recebida desde a investidura no cargo eletivo, além de lhe ser imputada a pena de suspensão, por até 24 meses, do exercício da função pública de delegado, caso comprovado dolo específico para tipificação do ato de improbidade.
 - (C) condenado poderá ter a penalidade de perda da função pública estendida ao vínculo funcional de delegado de polícia, considerado o contexto, circunstâncias e a gravidade da conduta.
 - (D) será apenado com o dever de ressarcimento integral do prejuízo causado ao erário, além da possível perda da função pública de prefeito, caso, para a tipificação do ato de improbidade, o agente também tiver agido com dolo específico.
 - (E) será condenado à penalidade de perda de todas as funções públicas que exerça ou tenha exercido, caso as circunstâncias fáticas e a gravidade da conduta demonstrem que tenha agido com culpa grave ou dolo.
-
35. A outorga de uso de bens públicos para integrantes da iniciativa privada, sejam pessoas físicas ou jurídicas, é possível
- (A) quando se tratar de utente que exerça atividades sem finalidade lucrativa e desde que de forma remunerada.
 - (B) mediante demonstração de finalidade de interesse público e verificação da existência de potenciais interessados na utilização do mesmo bem, o que exigiria a realização de procedimento licitatório.
 - (C) para a realização de serviços públicos, exclusivamente, admitidas as formas gratuita ou remunerada, vedada a outorga de uso para atividades de interesse privado.
 - (D) para a prestação de serviços e utilidades públicas, o que configurará afetação do bem público, sendo vedada, aos entes públicos, a manutenção, em seu patrimônio, de bens que não estejam formalmente destinados àquelas finalidades.
 - (E) mediante celebração de contrato administrativo, precedido de licitação e sob a forma onerosa, vedada utilização de instrumento de natureza precária.
-
36. Considerando os poderes inerentes à atuação da Administração Pública e sua organização em modelo descentralizado,
- (A) a lei que autorizar a criação de uma sociedade de economia mista pode delegar poder de polícia a essa pessoa jurídica, como meio necessário à prestação do serviço público para o qual for instituída, em regime não concorrencial.
 - (B) as empresas públicas consistem em pessoas jurídicas de natureza jurídica híbrida, passíveis de exercer atividade econômica ou de prestar serviços públicos, podendo atuar como delegatárias de poder de polícia, mediante autorização expressa da sua lei de criação.
 - (C) somente as autarquias submetem-se ao regime jurídico de direito público e, por isso, detêm exclusividade para o exercício dos poderes inerentes às funções executivas que imponham obrigações e restrições a terceiros.
 - (D) a delegação de poder de polícia para entes da Administração Indireta é restrita às pessoas jurídicas de direito público, como autarquias e fundações.
 - (E) somente as empresas estatais criadas por lei específica podem ser prestadoras de serviços públicos, exercendo as prerrogativas e poderes típicos do regime jurídico de direito público nos exatos termos descritos no ato normativo de constituição.



37. As atividades desenvolvidas pela Administração Pública Direta e Indireta são objeto de controle interno e externo, evidenciando-se que o controle
- (A) finalístico ou de tutela exercido pela Administração Central em relação aos atos praticados pelas entidades da Administração Indireta insere-se em modalidade de controle externo, passível de ensejar a suspensão, revisão e anulação dos atos praticados em desacordo com o ordenamento jurídico.
 - (B) de legalidade exercido pelo Poder Judiciário classifica-se como controle externo, não alcançando as entidades integrantes da Administração Pública que se submetam a regime jurídico de direito privado.
 - (C) interno realizado no âmbito da Administração Pública Direta pode ser exercido por órgão especificamente criado para essa finalidade, o qual poderá desempenhar a atribuição de exame de legalidade da atuação administrativa, mas também de resultados, sob o prisma da eficácia e da eficiência.
 - (D) interno deve ser realizado no âmbito de cada pessoa jurídica e de cada órgão da estrutura administrativa, não se admitindo que um órgão da Administração Pública Direta fiscalize e acompanhe a atuação de outro órgão ou entidades da Administração Pública, ainda que sob o prisma de adequação às suas finalidades institucionais.
 - (E) realizado pelos Tribunais de Contas classifica-se como controle externo estritamente de legalidade, alcançando a estrutura centralizada e descentralizada da Administração Pública, salvo em relação às empresas não dependentes de recursos públicos.
-
38. O cometimento de infração disciplinar grave, de acordo com a Lei nº 20.756/2020,
- (A) é punível com demissão, de modo que somente pode ser imputado ao servidor público ocupante de cargo efetivo, ao qual são restritas a tipificação daquela infração e a aplicação da penalidade.
 - (B) impede a mitigação da penalidade de demissão para outra menos gravosa, especialmente nos casos em que houver dano a terceiros e, pelo menos, uma condenação anterior.
 - (C) independentemente de a conduta ter ocorrido na ativa ou na inatividade, acarreta a aplicação de penalidade de demissão ou de extinção de vínculo, conforme o caso.
 - (D) pode se materializar por conduta praticada por ocupante de cargo em comissão, acionando a penalidade de destituição do cargo ao servidor.
 - (E) acarreta anotação permanente no prontuário do servidor público comissionado ou efetivo, não sendo possível a exclusão do registro, pois será considerada causa de reincidência diante da prática de outra infração disciplinar durante toda a atividade.
-
39. A anulação, por vício de competência insanável, de um ato administrativo que concedeu determinado benefício a um particular, com base no qual foram realizados investimentos para instalação e funcionamento de um estabelecimento comercial,
- (A) não pode retroagir seus efeitos para alcançar os beneficiados pelo referido ato, impondo-se a produção de efeitos a partir da anulação.
 - (B) impõe prévio estabelecimento de procedimento com observância de contraditório e ampla defesa, cuja data de instauração deverá ser o marco temporal para retroação dos efeitos da anulação.
 - (C) fica condicionada à prévia apuração, precificação e indenização dos danos gerados ao particular beneficiado com o ato viciado.
 - (D) depende de demonstração do ilícito praticado pelo agente público incompetente, sob pena vedação da anulação, em razão da presunção de legalidade que reveste os atos administrativos.
 - (E) pode ensejar a responsabilização do Estado por danos concretos e excessivos causados ao particular, considerando que este não tenha tido qualquer participação ou ingerência para a materialização do vício de legalidade.
-
40. As organizações sociais podem desempenhar serviços públicos em sentido amplo em alguns setores, como a prestação de serviços de saúde, por meio de celebração de contrato de gestão. Para que essa prestação de serviços possa se viabilizar,
- (A) a entidade deverá ter comprovado o preenchimento dos requisitos legais relativos à governança e experiência técnica, admitida a qualificação de entidade que explore serviços em regime lucrativo, desde que o contrato de gestão específico seja celebrado sem essa finalidade.
 - (B) a entidade privada sem fins lucrativos deverá ser qualificada pelo ente federado titular do serviço público, não incidindo obrigação de submissão a procedimento isonômico de seleção para celebração de contrato de gestão, tendo em vista que este tem natureza de instrumento de colaboração, não de contrato administrativo.
 - (C) o ente federado deverá instaurar procedimento seletivo para qualificação das organizações sociais e estabelecer lista de credenciamento de entidades privadas, estas que celebrarão contratos de gestão em estrita observância à ordem de classificação.
 - (D) as organizações sociais interessadas deverão submeter-se a procedimento de chamamento público, por meio do qual o ente federado selecionará a organização social que apresentar a proposta que contenha o maior valor de outorga pelo direito de exploração do serviço público.
 - (E) a entidade privada sem fins lucrativos deverá ter se submetido a procedimento para ser qualificada como organização social junto ao ente federado competente, demonstrando o atendimento de requisitos legais relativos à sua constituição e governança, para, a partir de então, participar de chamamentos públicos para celebração de contratos de gestão.

**Direito Financeiro**

41. Considerando o regime jurídico dos créditos adicionais no Direito Financeiro, conforme previsto na Constituição Federal e na legislação de regência, tem-se que
- (A) créditos suplementares e especiais podem ser abertos por decreto do Poder Executivo quando houver autorização genérica na Lei Orçamentária Anual.
 - (B) créditos extraordinários independem de autorização legislativa prévia, porém só podem ser abertos com indicação precisa de fonte de receita.
 - (C) a abertura de créditos especiais depende de prévia autorização legislativa e da indicação dos recursos correspondentes.
 - (D) créditos suplementares independem de indicação de recursos caso sejam destinados à cobertura de despesas urgentes.
 - (E) créditos especiais somente podem ser abertos mediante publicação de decreto que reconheça o estado de calamidade pública.
-
42. Considere que, no curso do processo de tramitação legislativa da Lei Orçamentária Anual da União, tenha sido aprovada emenda parlamentar, na modalidade transferência especial, com destinação a determinado município do Estado de Goiás. Considerando o regime constitucional aplicável, cabe considerar que
- (A) se dispensa a celebração de convênio, contrato de repasse ou instrumento congênere para a utilização, pelo Município beneficiário, dos recursos provenientes da referida emenda.
 - (B) os recursos recebidos não integrarão o patrimônio do ente beneficiário, de forma que as despesas correspondentes não poderão ser consideradas para fins de cumprimento do limite mínimo de gastos com saúde.
 - (C) o repasse de recursos da União para o Município beneficiário deve ocorrer na modalidade fundo a fundo, sendo destinados exclusivamente para despesas com educação no âmbito do FUNDEB.
 - (D) os recursos recebidos pelo ente beneficiário devem ser integralmente aplicados em investimentos, vedada a aplicação em despesas de pessoal e custeio em geral.
 - (E) se trata de modalidade de transferência obrigatória, razão pela qual a execução orçamentária das despesas correspondentes não pode ser obstada por razões de ordem técnica.
-
43. Suponha que, no decorrer da execução orçamentária, o Poder Executivo tenha verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento da meta de resultado primário fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Diante de tal cenário,
- (A) caberá o cancelamento automático de restos a pagar não vinculados a despesas obrigatórias.
 - (B) o Executivo e os demais Poderes deverão proceder, por ato próprio, à limitação de empenho e movimentação financeira.
 - (C) cumpre revisar imediatamente a meta fiscal, adequando-a ao cenário real de arrecadação e às projeções correspondentes.
 - (D) torna-se cogente a adoção de medidas de compensação, consistentes em aumento de receitas tributárias, afastando-se o princípio da anualidade.
 - (E) deverá ocorrer a suspensão da execução orçamentária, com cancelamento dos empenhos realizados, bem como dos restos a pagar não processados.
-
44. Considere que determinado ente federado pretenda realizar Operação de Antecipação de Receita Orçamentária – ARO, em decorrência de insuficiência momentânea de caixa, dado o atraso da arrecadação efetiva em relação ao fluxo estimado na LOA e em função da premência de arcar com despesas de pessoal e custeio em geral, incluindo os gastos associados ao Regime de Previdência Próprio do Servidor (RPPS). Considerando a disciplina do tema na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, a operação para os fins cogitados afigura-se juridicamente
- (A) possível, mediante autorização legal específica, sendo vedada caso haja outra ARO não integralmente liquidada, bem como no último ano do mandato do Chefe do Executivo.
 - (B) vedada, salvo se o ente estiver em Regime de Recuperação Fiscal e tenha obtido autorização para não observância dos limites de endividamento e concessão de garantias.
 - (C) possível, apenas no que concerne ao direcionamento dos recursos para financiar os gastos associados ao RPPS, sendo vedada a aplicação nas despesas ordinárias de pessoal.
 - (D) vedada, salvo no último quadrimestre do exercício, precedida de autorização específica do Tribunal de Contas, e desde que comprovada a capacidade de liquidação no exercício subsequente.
 - (E) possível, desde que o montante obtido seja incorporado na dívida mobiliária do ente, e observados os respectivos limites de endividamento, com a quitação integral da operação até o final do exercício.
-
45. Considerando as possíveis classificações das receitas públicas, a partir de diferentes critérios para a respectiva categorização, tem-se que receitas extraorçamentárias
- (A) são recursos oriundos de operações de crédito e cancelamento de restos a pagar, cuja aplicação deve observar a denominada "regra de ouro".
 - (B) são aquelas que excedem o montante previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), gerando superávit financeiro, porém não orçamentário.
 - (C) são provenientes de alienação de ativos e sua aplicação somente pode ocorrer em despesas de capital, incluindo investimentos e inversões financeiras.
 - (D) constituem receitas derivadas, tais como dividendos e rendimentos de aplicações financeiras, e compõem a receita corrente líquida do ente.
 - (E) constituem ingressos financeiros aos quais está associado um passivo correspondente, não constituindo, pois, fonte disponível para geração de despesa pública.

**Direito Civil, Empresarial e Penal**

46. De acordo com o Código Civil, a interrupção da prescrição
- (A) ocorre apenas judicialmente, por despacho do juiz que ordena a citação, desde que competente.
 - (B) operada contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica os outros herdeiros ou devedores, independentemente da natureza da obrigação ou do direito, se divisível ou indivisível.
 - (C) por um dos credores solidários não aproveita aos demais.
 - (D) prejudica o fiador, quando produzida contra o devedor principal.
 - (E) poderá ocorrer tantas vezes quantas se verificarem as causas de interrupção.
-
47. De acordo com o Código Civil, o pagamento
- (A) reiteradamente feito em local diverso faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
 - (B) não pode ser feito pelo terceiro não interessado, em nenhuma hipótese.
 - (C) vale ainda que feito cientemente ao credor incapaz de quitar, independentemente de ter se revertido de maneira efetiva em benefício dele.
 - (D) não se presume pela entrega do título ao devedor.
 - (E) pode, por via de regra, ser convencionado em ouro ou em moeda estrangeira.
-
48. De acordo com o Código Civil, na estipulação em favor de terceiro
- (A) a substituição do terceiro pode ser feita apenas por ato entre vivos e desde que haja concordância do outro contratante.
 - (B) apenas aquele em favor de quem se estipula pode exigir o cumprimento da obrigação.
 - (C) o estipulante pode substituir o terceiro designado em contrato independentemente de sua anuência.
 - (D) pode o estipulante exonerar o devedor ainda que haja sido deixada ao terceiro o direito de reclamar a execução da obrigação.
 - (E) o que estipula em favor de terceiro não pode exigir o cumprimento da obrigação.
-
49. De acordo com o Código Civil, a posse
- (A) é induzida inclusive por atos de mera permissão ou tolerância.
 - (B) diz-se justa quando o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
 - (C) do imóvel não faz presumir a dos móveis que nele estiverem.
 - (D) direta anula a indireta.
 - (E) pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante.
-
50. De acordo com as normas do Código Civil que disciplinam a sociedade limitada,
- (A) todos os sócios respondem solidariamente pela exata estimação dos bens conferidos ao capital social, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade.
 - (B) todos os sócios respondem solidariamente pela exata estimação dos bens conferidos ao capital social, até o prazo de dez anos da data do registro da sociedade.
 - (C) todos os sócios respondem solidariamente pela exata estimação dos bens conferidos ao capital social, até o encerramento da liquidação da sociedade com quitação integral de todas as suas obrigações, sem limitação de prazo.
 - (D) somente o sócio que conferiu o bem ao capital social responde pela sua exata estimação, até o prazo de dez anos da data do registro da sociedade.
 - (E) somente o sócio que conferiu o bem ao capital social responde pela sua exata estimação, até o encerramento da liquidação da sociedade com quitação integral de todas as suas obrigações, sem limitação de prazo.
-
51. Na sociedade anônima fechada,
- (A) tanto as ações ordinárias quanto as preferenciais poderão ser mais de uma classe.
 - (B) somente as ações ordinárias poderão ser de mais de uma classe, ao passo que as ações preferenciais serão necessariamente de classe única.
 - (C) somente as ações preferenciais poderão ser de mais de uma classe, ao passo que as ações ordinárias serão necessariamente de classe única.
 - (D) tanto as ações ordinárias quanto as preferenciais serão, necessariamente, de classe única, salvo, quanto às preferenciais, se parte delas conferir direito a voto.
 - (E) tanto as ações ordinárias quanto as preferenciais serão, necessariamente, de classe única, sem exceção.



52. De acordo com a atual redação da Lei de Recuperação de Empresas e Falência (Lei nº 11.101/2005), os tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência do devedor
- (A) só serão pagos depois de integralmente satisfeitos todos os créditos derivados da legislação trabalhista, independentemente do valor ou da data da sua constituição.
 - (B) serão considerados créditos extraconcursais.
 - (C) só serão pagos depois de integralmente satisfeitos todos os créditos quirografários.
 - (D) só serão pagos depois de integralmente satisfeitos todos os créditos subordinados.
 - (E) não serão devidos.
-
53. Conforme apurado, no dia 4/12/2023, por volta das 18h, em um bar, no centro de determinado município, João, agente penitenciário, recebeu vantagem indevida em razão de sua função. Na mesma ocasião, uma mulher ofereceu a referida vantagem com o objetivo de induzi-lo a omitir ato de ofício. As investigações indicaram que o agente, à época em exercício em estabelecimento prisional, estaria aceitando propina para facilitar a entrada de aparelhos celulares, drogas e outros objetos ilícitos, recebendo o valor de R\$ 2.000,00 por item introduzido. Apurou-se, ainda, que a entrega dos objetos seria realizada por Maria, sob o pretexto de levar materiais de higiene a um preso. Após deixar os itens no estabelecimento prisional, ela se dirigiu a um bar, onde se encontrou com o agente, que havia saído mais cedo do trabalho para o encontro. No local, a mulher entregou ao agente uma sacola contendo diversos objetos e dinheiro. Após a saída de Maria, João foi abordado por policiais, que encontraram R\$ 6.000,00 em espécie, além de um aparelho celular, carregadores e um cabo USB. Diante dos fatos, João foi preso em flagrante e os objetos apreendidos. Posteriormente, após investigações complementares, Maria foi também presa. As investigações concluíram pela existência de indícios suficientes de autoria e materialidade delitiva. Diante da situação hipotética acima descrita:
- (A) Ambos praticaram o crime de corrupção passiva.
 - (B) Maria praticou, em tese, o crime de corrupção passiva, enquanto João, o crime de corrupção ativa.
 - (C) Ambos praticaram o crime de corrupção ativa.
 - (D) João praticou, em tese, o crime de corrupção passiva, enquanto Maria, o crime de corrupção ativa.
 - (E) João praticou o crime de concussão, enquanto Maria, o crime de corrupção passiva.
-
54. Há crime contra as finanças públicas (art. 359-A a 359-H, do Código Penal) na conduta do administrador que
- (A) ao efetuar operação de crédito em que seja exigida garantia do poder público, não exige contragarantia em valor igual ou maior.
 - (B) ordena ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos trezentos e sessenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.
 - (C) autoriza a assunção de obrigação, nos três últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro.
 - (D) realiza operação de crédito, interno ou externo com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução da Câmara dos Deputados.
 - (E) deixa de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor inferior ao permitido em lei.
-
55. De acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 13.869/2019 (crimes de abuso de autoridade),
- (A) as responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo civil.
 - (B) é sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, com exceção membros dos tribunais ou conselhos de contas, por possuírem regramento próprio.
 - (C) faz coisa julgada em âmbito cível, mas não no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
 - (D) constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, promover escuta ambiental ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização policial ou com objetivos não autorizados em lei.
 - (E) as condutas descritas nesta lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente ainda que por mero capricho ou satisfação pessoal.

Economia

56. Uma crítica pertinente ao modelo de Ramsey da tributação é que este
- (A) não se preocupa com a questão do peso morto dos tributos.
 - (B) se mostra demasiado voltado para a busca de uma solução para a questão da equidade tributária que atinge os diferentes agentes.
 - (C) produz um sistema tributário regressivo.
 - (D) se baseia em solução chamada de *second best*, isto é, não trata da questão da eficiência tributária.
 - (E) está assentado na mensuração das preferências individuais de cada agente econômico.

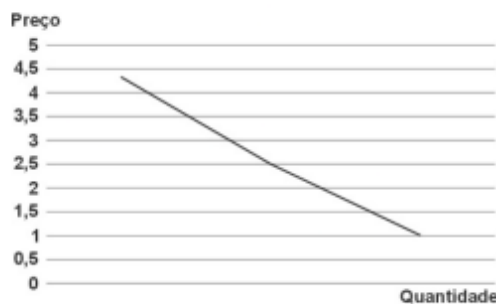


57. A tabela a seguir traz informações sobre as Contas Nacionais de um país hipotético, que segue as mesmas regras vigentes para o Balanço de Pagamentos do Banco Central do Brasil. As rubricas aparecem em ordem alfabética e esgotam o Balanço de Pagamentos desse país.

Rubrica	Valor (milhões US\$)
Aluguel de Equipamentos	(7)
Derivativos	15
Exportações	34
Importações	22
Investimento Direto	41
Lucros e Dividendos	(27)
Royalties e Licenças	11
Seguros	6

Os valores dos saldos em Transações Correntes e da Conta Financeira são, respectivamente:

- (A) (5) e 56
 (B) 12 e 39
 (C) 5 e 46
 (D) 22 e 29
 (E) 51 e zero
58. O gráfico a seguir, relacionando quantidades e preços, apresenta uma curva associada a um bem de consumo considerado um "bem inferior".



Com tudo mais mantido constante, um aumento da renda dos consumidores

- (A) provoca um deslocamento da curva para a direita.
 (B) mantém o preço e a quantidade de equilíbrio, aumentando a elasticidade da curva.
 (C) não altera a curva.
 (D) mantém o preço e a quantidade de equilíbrio, reduzindo a elasticidade da curva.
 (E) provoca um deslocamento da curva para a esquerda.
59. Da comparação entre comportamentos das firmas no curto prazo em diferentes estruturas de mercado tem-se que:
- (A) a firma monopolista ao maximizar o lucro gera um custo de bem-estar, ou peso morto, pois oferta uma quantidade inferior à quantidade eficiente dada pelo encontro da curva de Custo Marginal com a curva de Demanda.
 (B) em um mercado em concorrência monopolística, os lucros extraordinários atraem novas firmas para o mercado o que as impede de adotar uma postura maximizadora em que o Custo Médio iguala a Receita Marginal.
 (C) em um mercado oligopolista, os produtores desconsideram a reação dos concorrentes na determinação de sua produção e preços.
 (D) uma firma em concorrência perfeita paralisa suas atividades se o preço do bem é menor do que o Custo Variável Médio de produção.
 (E) a firma em concorrência perfeita tem sua curva de demanda representada pela porção da curva de Custo Marginal que fica acima da curva de Custo Total Médio.
60. A tabela a seguir apresenta informações de uma dada firma que opera em concorrência perfeita, com relação à produção de um dado bem. No entanto, este registro possui algumas lacunas.

Preço	Quantidade	Receita Total	Custo Total	Lucro	Receita Marginal	Custo Marginal
–	0	\$ 0	\$ 3	III	–	–
\$ 6	1		\$ 5			V
	2	II	\$ 8			
	3		\$ 12		IV	
I	4		\$ 17			

As lacunas numeradas de I a V, são preenchidas, respectivamente, por, em \$:

- (A) 6 ; 13 ; 0 ; 3 ; 3.
 (B) 6 ; 12 ; -3 ; 6 ; 2.
 (C) 8 ; 13 ; 0 ; 9 ; 4.
 (D) 6 ; 12 ; 0 ; 6 ; 5.
 (E) 4 ; 11 ; -3 ; 3 ; 1.



61. A economia de um país hipotético, fechado e sem governo, apresenta uma demanda por moeda dada pela equação $M = P(Y - 0,4i)$ e demanda agregada dada por $C + I$, onde $C = 20 + 0,8Y$ e $I = 30 - 0,3i$.

A inclinação da curva IS, com duas casas decimais, tem valor igual a

- (A) - 0,50
- (B) - 0,70
- (C) - 0,60
- (D) - 0,66
- (E) - 0,55

62. A tabela a seguir apresenta os preços e as quantidades da produção anual de um país hipotético, com economia fechada e sem governo, que produz apenas dois bens distintos (cotonetes e lâmpadas).

Ano	Preço do Cotonete	Quantidade de Cotonetes	Preço da Lâmpada	Quantidade de Lâmpadas
2022	\$ 2	200	\$ 8	50
2023	\$ 4	250	\$ 9	60
2024	\$ 5	300	\$10	100

O valor do Deflator do PIB dessa economia, expresso em número inteiro, para o ano de 2024, tendo como ano-base o ano de 2022, é

- (A) 191
- (B) 178
- (C) 182
- (D) 165
- (E) 198

63. Considere a seguinte afirmação: *Em uma estrutura monopolista, no curto prazo, a imposição de um imposto sobre os lucros irá acarretar aumento do preço e queda da quantidade produzida pela firma monopolista.*

A afirmação é

- (A) verdadeira, pois com a adoção desse tributo, o Custo Marginal da firma se eleva, resultando em um novo equilíbrio com redução da quantidade produzida e consequente elevação do preço praticado.
- (B) falsa, pois, no curto prazo, a imposição de um imposto sobre o lucro não afeta a condição de primeira ordem ($RMg = CMg$), logo não ocorrerá variação de preços ou quantidades.
- (C) verdadeira, pois esse tipo de imposto impacta a Receita Marginal da firma, fazendo com que essa se desloque para a esquerda, com impacto sobre preço e oferta.
- (D) falsa, pois a elevação do Custo Marginal será acompanhada por um deslocamento para a direita da curva de demanda, compensando a tendência à elevação do preço de equilíbrio.
- (E) falsa, pois a análise de curto prazo não permite a observação dos efeitos da adoção de um imposto desse tipo sobre a oferta da firma ou sobre sua estrutura de custos.

64. No tocante à classificação dos impostos, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), em sua forma mais consagrada de adoção, caracteriza-se por ser

- (A) um imposto especial do tipo *excise tax*, pois incide sobre toda a cadeia de tributação do consumo, sem distinção.
- (B) um imposto direto, pois seu ônus pode ser transferido a terceiros.
- (C) monofásico, pois incide igualmente sobre todas as fases do circuito econômico.
- (D) não neutro, pois não afeta as decisões econômicas dos agentes.
- (E) *ad valorem*, isto é, calculado como uma porcentagem fixa sobre o valor comercial de um bem.

65. Em situações em que a demanda agregada é diferente da oferta agregada, a política tributária

- (A) pode ter caráter expansionista, através de uma redução de tributos sobre as importações, contribuindo para reduzir o hiato deflacionário.
- (B) aumenta o hiato inflacionário com a criação de um tributo sobre as exportações.
- (C) é neutra do ponto de vista estabilizador, visto que a armadilha da liquidez tende a anular os efeitos da política tributária.
- (D) aumenta o hiato deflacionário com a redução da tributação sobre as exportações.
- (E) pode ter caráter contractionista, através de um aumento de tributos sobre o consumo, contribuindo para reduzir o hiato inflacionário.



Contabilidade Geral

66. No dia 23/10/2023, a empresa *Comprando e Vendendo S.A.* adquiriu mercadorias para revenda e pagou os seguintes valores:

- R\$ 1.010.250 para o fornecedor das mercadorias.
- R\$ 30.000 para a transportadora que levou as mercadorias até sua loja.

Estão incluídos nesses valores pagos, os seguintes tributos:

- Tributos recuperáveis no valor total de R\$ 138.000
- Tributos não recuperáveis no valor total de R\$ 96.000

Em 10/12/2023, a empresa vendeu 80% das mercadorias pelo valor R\$ 2.700.000, mas concedeu um desconto comercial de 10% em função da quantidade adquirida pelo comprador. Os impostos sobre a venda são de 10% sobre o valor líquido da venda, a empresa pagou para seus vendedores o valor de R\$ 48.600 a título de comissão e R\$ 42.000 para a transportadora que fez a entrega das mercadorias vendidas. O lucro bruto apurado pela empresa *Comprando e Vendendo S.A.*, especificamente em relação à compra e venda das mercadorias citadas, foi, em reais,

- (A) 1.542.000
- (B) 1.416.600
- (C) 1.465.200
- (D) 1.374.600
- (E) 1.708.200

67. Um equipamento industrial foi adquirido por R\$ 2.550.000, à vista, no dia 30/11/2022. O equipamento começou a ser utilizado no dia 02/01/2023, a empresa definiu sua vida útil em 20 anos e o valor residual estimado para venda no final do prazo de vida útil foi R\$ 150.000. No final do ano de 2023, a empresa redefiniu a vida útil remanescente para 15 anos e o novo valor residual estimado no final deste prazo remanescente foi R\$ 180.000. Se a empresa adota o método das cotas constantes para cálculo da despesa de depreciação e não houve necessidade de redução ao valor recuperável, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2025 foi, em reais,

- (A) 2.194.500
- (B) 2.190.000
- (C) 2.076.000
- (D) 2.100.000
- (E) 2.130.000

68. O Patrimônio Líquido da empresa *Perfumes Cheirosos S.A.* totalizava R\$ 14.400.000 em 31/12/2024, composto pelas seguintes contas, com os valores expressos em reais:

Capital Social	12.000.000
Reserva Legal	2.100.000
Reserva Estatutária	300.000

No ano de 2025, a empresa apurou o lucro líquido de R\$ 2.400.000, cuja destinação foi a seguinte:

- Reserva Legal: constituída de acordo com o que estabelece a Lei nº 6.404/1976.
- Reserva Estatutária: 10% do lucro líquido após a dedução do valor da Reserva Legal.
- Dividendo obrigatório: 25% do lucro líquido após a dedução do valor da Reserva Legal.
- Reserva para Expansão: saldo remanescente.

O valor total do Patrimônio Líquido da *Perfumes Cheirosos S.A.*, no Balanço Patrimonial de 31/12/2025, era, em reais,

- (A) 16.230.000
- (B) 16.800.000
- (C) 16.680.000
- (D) 16.200.000
- (E) 15.882.000



69. A empresa *Problemas Jurídicos S.A.* responde a diversos processos judiciais. Os valores provisionados no balanço patrimonial de 31/12/2023 e a análise efetuada para a elaboração do balanço patrimonial de 31/12/2024 são apresentadas na tabela a seguir, com os valores expressos em reais.

Processo	31/12/2023	31/12/2024	
	Provisão reconhecida no Balanço Patrimonial	Probabilidade de perda considerada	Valor reestimado da perda esperada
A	1.500.000	Provável	1.200.000
B	-	Provável	720.000
C	-	Possível	480.000
D	900.000	Possível	540.000

O impacto reconhecido no resultado de 2024 e o saldo apresentado em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2024, decorrentes exclusivamente dos processos citados, foram, respectivamente, com os valores expressos em reais:

- (A) uma perda de 720.000 e um saldo de 1.920.000
 (B) um ganho de 480.000 e um saldo de 1.920.000
 (C) um ganho de 900.000 e um saldo de 1.920.000
 (D) um ganho de 180.000 e um saldo de 2.940.000
 (E) uma perda de 180.000 e um saldo de 2.940.000

70. Uma empresa, fabricante de um produto com características específicas, tem um ciclo operacional de 20 meses. Durante o mês de dezembro de 2024, realizou os registros referentes aos seguintes eventos:

- I. Compra de matéria-prima destinada à produção.
 II. Compra de equipamento industrial que será utilizado na produção.
 III. Aquisição do direito de uso de determinada marca por um período de 8 anos.
 IV. Venda, a prazo, de produtos para recebimento em fevereiro de 2026.

Ao divulgar o Balanço Patrimonial de 31/12/2024, os ativos decorrentes das transações I, II, III e IV foram classificados, respectivamente, como:

- (A) ativo circulante, ativo circulante, ativo não circulante e ativo circulante.
 (B) ativo circulante, ativo não circulante, ativo circulante e ativo não circulante.
 (C) ativo não circulante, ativo circulante, ativo circulante e ativo circulante.
 (D) ativo circulante, ativo não circulante, ativo não circulante e ativo circulante.
 (E) ativo circulante, ativo não circulante, ativo não circulante e ativo não circulante.

71. Um ativo intangível estava registrado, no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 de uma empresa, pelo saldo contábil de R\$ 864.000, composto dos seguintes valores expressos em reais:

Custo de aquisição	1.000.000
(-) Amortização acumulada	(100.000)
(-) Perda por desvalorização ("impairment")	(36.000)
(=) Saldo contábil em 31/12/2023	864.000

A vida útil definida para o ativo quando da aquisição foi de 20 anos e, no final desse prazo, o valor residual será zero. A empresa adota o método das cotas constantes e realizou, em 31/12/2024, o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment") com os seguintes valores expressos em reais:

- Valor em uso 820.000
- Valor justo líquido de despesas de venda 780.000

Na Demonstração do Resultado de 2024, a empresa deveria

- (A) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 50.000, apenas.
 (B) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 50.000 e uma despesa de perda por desvalorização ("impairment") no valor de R\$ 34.000.
 (C) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 48.000 e uma receita de reversão do "impairment" no valor de R\$ 4.000.
 (D) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 48.000 e uma receita de reversão do "impairment" no valor de R\$ 36.000.
 (E) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 48.000, apenas.



72. Uma empresa adquiriu, à vista, um lote de mercadorias pelo valor de R\$ 1.000.000. A compra foi realizada em 18/11/2024 e a empresa compradora responsabilizou-se pela retirada das mercadorias no depósito do fornecedor, pagando R\$ 40.000 de frete para transportar essas mercadorias até seu depósito. A empresa pagou, adicionalmente, o valor de R\$ 10.000 por um seguro contra roubo das mercadorias durante esse transporte. Nos diversos valores pagos estão incluídos impostos recuperáveis no valor de R\$ 90.000 e impostos não recuperáveis no valor de R\$ 70.000. Em 15/12/2024, a empresa vendeu 80% das mercadorias que havia comprado.

O saldo evidenciado na conta Estoques, no Balanço Patrimonial de 31/12/2024, em relação exclusivamente a essas mercadorias, foi, em reais,

- (A) 182.000
- (B) 184.000
- (C) 190.000
- (D) 192.000
- (E) 178.000

73. Uma empresa adquiriu um caminhão e incorreu nos seguintes gastos que foram pagos à vista:

- Custo de aquisição junto ao fornecedor R\$ 1.200.000
- Gastos com blindagem e customização do caminhão..... R\$ 400.000

A compra ocorreu no dia 30/06/2021, a empresa tem como política utilizar os caminhões até atingirem 1.000.000 de quilômetros rodados em um prazo máximo de 8 anos. O valor residual estimado para venda do caminhão no final da vida útil era R\$ 600.000 e a empresa calcula a despesa de depreciação em função dos quilômetros rodados. Em 30/06/2024, o caminhão já tinha rodado 400.000 quilômetros e a empresa o vendeu por R\$ 1.350.000, à vista. O resultado apurado na venda do caminhão e evidenciado na demonstração do resultado de 2024 foi

- (A) prejuízo de R\$ 250.000
- (B) lucro de R\$ 150.000
- (C) lucro de R\$ 390.000
- (D) lucro de R\$ 350.000
- (E) lucro de R\$ 630.000

74. Em relação aos ativos e passivos contingentes, considere as seguintes afirmações:

- I. Todos os ativos contingentes devem ser reconhecidos e contabilizados.
- II. Todos os passivos contingentes devem ser reconhecidos e contabilizados.
- III. As provisões devem ser reconhecidas e contabilizadas se as perdas forem consideradas prováveis.
- IV. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

75. A empresa *Vendemos de Tudo S.A.* apresentava, no final do ano de 2024, os saldos acumulados de algumas contas de receitas e despesas apresentados a seguir, com os valores expressos em reais:

Abatimentos sobre vendas	300.000
Custo das mercadorias vendidas	6.000.000
Despesa com perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	60.000
Despesa com fretes sobre vendas	100.000
Devoluções de vendas	900.000
Comissões sobre vendas	480.000
Impostos sobre vendas	800.000
Receita bruta de vendas	16.000.000
Despesas com propaganda	1.600.000

O valor do Lucro Bruto evidenciado na Demonstração do Resultado do ano de 2024 pela empresa *Vendemos de Tudo S.A.* foi, em reais,

- (A) 8.000.000
- (B) 8.300.000
- (C) 9.200.000
- (D) 7.900.000
- (E) 5.820.000

**Realidade Ética, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica de Goiás**

76. *É a maior em extensão e constitui o reverso da Cuesta do Caiapó. Compreende dois compartimentos topográficos distintos. Um, mais elevado, comportando altimetrias que variam de 650 a 1.000 m. Outro, mais baixo, que abrange cotas de 350 a 650 m de altitude.*

O compartimento elevado distribui-se de forma irregular em meio ao mais baixo. Sua área mais expressiva e de distribuição mais contínua abrange a borda norte do planalto, delimitada pela Cuesta do Caiapó e conhecida regionalmente como "chapadões de Goiás".

(Adaptado de: NASCIMENTO, Maria Amélia S. do. Geomorfologia do Estado de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**. 12(1): 1-22, Jan/Dez, 1992)

A subunidade geomorfológica do Estado de Goiás descrita no texto é denominada:

- (A) Planalto do Divisor São Francisco/Tocantins.
- (B) Planalto de Caiapônia.
- (C) Planície do Bananal.
- (D) Planalto do Rio Verde.
- (E) Depressão do rio Araguaia.

77. *Para Goiás, a presença da Estrada de Ferro Goiás (EFG) em seu solo, no início do século XX, foi o resultado de um grande esforço feito por alguns representantes da classe política e intelectual da região. Todavia, é preciso assinalar que a ferrovia cortava o cerrado goiano em função dos interesses do sistema capitalista de produção, ou seja, ela nasceu de fora para dentro do estado. Atualmente, o território goiano é servido por 685 km de trilhos, pertencentes à Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), subsidiária da VALE e sucessora da antiga Estrada de Ferro Goiás e da Rede Ferroviária Federal.*

(Adaptado de: SUÉVO RODRIGUEZ, Helio. A Importância da Estrada de Ferro para o Estado de Goiás. *Revista UFG*, Goiânia, v. 13, n. 11, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br>)

A Estrada de Ferro Goiás (EFG) surgiu para

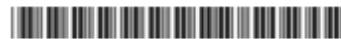
- (A) intensificar a autonomia da economia goiana, estruturando um sistema de transporte voltado ao desenvolvimento interno e à autossuficiência produtiva regional.
- (B) garantir a soberania econômica de Goiás, reduzindo a dependência do estado em relação aos circuitos produtivos nacionais e internacionais.
- (C) atender às demandas de integração de Goiás aos circuitos econômicos nacionais, viabilizando o escoamento da produção regional.
- (D) fazer parte de um projeto de desenvolvimento regional autônomo da nação, formulado e financiado majoritariamente por agentes políticos e econômicos locais.
- (E) estimular a ocupação do território goiano a partir de políticas públicas de colonização agrícola voltadas exclusivamente ao mercado interno estadual.

78. *Nas décadas de 1980 e 1990, a economia goiana passou por novas transformações, que caracterizam a quarta fase de seu processo de reestruturação. A primeira fase correspondeu à transição da mineração para a pecuária; a segunda, à passagem da pecuária extensiva para a agricultura de subsistência; e, na terceira fase, a agricultura expandiu-se e passou a superar a produção pecuária, preparando o terreno para as mudanças subsequentes.*

(Adaptado de: HADDAD, Marcos Bittar. A Expansão Capitalista em Goiás: da Incipiente Mineração ao Século XX. *Revista Baru – Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, Goiânia, Brasil, v. 2, n. 1, p. 71-92, 2016. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br>)

Na quarta fase, ocorreu que a

- (A) produção agrícola abundante passou a estimular a instalação de agroindústrias, especialmente do setor agroalimentar, processo intensificado pelos incentivos fiscais e pela atuação do poder público na promoção da industrialização.
- (B) economia goiana retomou a centralidade da mineração como principal atividade produtiva, impulsionada pela interiorização da indústria nacional.
- (C) agricultura perdeu importância econômica, sendo substituída pela pecuária extensiva, diante da redução dos investimentos públicos e da retração industrial.
- (D) industrialização pesada, baseada na siderurgia e na metalurgia, e favorecida pela expansão da malha ferroviária foi a principal responsável pelo crescimento econômico.
- (E) agropecuária manteve-se predominante na economia do estado, sem alterações estruturais significativas, em razão da ausência de incentivos fiscais e de políticas públicas de industrialização.



79. A imagem refere-se ao projeto de urbanização da cidade de Goiânia.



O contexto da fundação de Goiânia está descrito em:

- (A) Ambições de Pedro Ludovico Teixeira, motivadas unicamente por interesses pessoais de poder, sem relação com as diretrizes de modernização do Estado Novo que marcavam as políticas públicas da época.
- (B) Estratégia política e econômica que representou o momento da entrada de Goiás na Marcha para Oeste, fato reforçado pelas referências do presidente Getúlio Vargas à importância do povoamento do interior do país.
- (C) Interiorização imposta por imigrantes europeus que ocuparam massivamente o interior goiano e decidiram erguer uma nova capital, sem participação do governo estadual ou federal, em busca de melhores condições de vida.
- (D) Manutenção das estruturas tradicionais do coronelismo oligárquico, que promoveu a transferência da capital como forma de preservar os interesses das elites rurais, sem relação com projetos de integração nacional.
- (E) Processo demográfico de ocupação espontânea do território, sem decisão política estruturada ou vinculada às estratégias estatais de modernização administrativa e de integração do interior do país.

80. Sobre as transformações do espaço agrícola goiano,

- (A) na década de 1940, durante o governo Vargas, as colônias agrícolas representaram uma política espontânea e improdutiva de ocupação do Cerrado, sem planejamento ou integração econômica mais ampla.
- (B) na década de 1960, o Cerrado destacou-se na produção de arroz e feijão, tornando-se referência nacional em rizicultura, sem incorporar tecnologias modernas e permanecendo pouco integrado à expansão capitalista do campo.
- (C) nos anos 1970, a reorganização do espaço agrícola do Cerrado ocorreu sem mudanças relevantes na estrutura fundiária, mantendo o predomínio de pequenas propriedades e limitando a formação de médias e grandes unidades produtivas.
- (D) nos anos 1980, a agricultura intensiva teve alcance restrito no Cerrado, pois a soja e a cana-de-açúcar não se viabilizaram tecnologicamente, preservando uma estrutura fundiária fragmentada.
- (E) a partir dos anos 2000, a expansão das lavouras e da pecuária intensificou o desmatamento do Cerrado, sendo a ampliação do cultivo da cana-de-açúcar, após 2005, um fator adicional de pressão sobre as áreas florestadas.